



**Intervenção do Ministro da Administração Interna na apresentação do
Algarve Seguro 2020
Faro, 26 de junho de 2020**

É para mim uma grande satisfação poder estar aqui com o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna e com o Sr. Secretário de Estado que tem assumido as funções, desde há uns meses, de coordenação regional de serviços públicos no âmbito da pandemia. Este é um ano especial naquilo que são os desafios do Algarve Seguro, num ano em que a segurança é ainda mais decisiva para a afirmação da competitividade da região.

Estamos a viver um ano e um tempo muito especiais. Habitualmente, por esta altura do ano, a comunidade da segurança fazia uma demonstração na ótica da segurança interna e do reforço de meios complementar que é feito no Algarve. Esta ano, entendemos dever ter uma dimensão alargada. A parceria com a Saúde, expressa aqui na intervenção do Dr. Paulo Morgado enquanto Presidente da Administração Regional de Saúde, expressa, na dimensão da região, a parceria que, a nível nacional, temos assumido. A Saúde está na primeira linha na resposta à pandemia e todos admiramos o esforço imenso dos profissionais de saúde na sua dimensão nacional e na sua dimensão territorial. Na área da segurança interna, quer no plano institucional, quer na responsabilidade que temos pela coordenação política do Estado de Emergência e, agora, pelo período de Calamidade, temos tido, com a Saúde, uma parceria mais forte do que nunca.

Neste quadro, o caminho que Portugal tem feito assenta fundamentalmente em três lições muito claras:

Primeiro, uma grande coesão nacional. Quer num plano político geral, envolvendo os responsáveis máximos dos vários órgãos de soberania, quer - permitam-me aqui destacar, na pessoa do Sr. Presidente da AMAL - numa parceria muito próxima com todos os agentes locais. Os municípios são parceiros fundamentais na forma como o país reagiu a este desafio que, no início deste ano, nenhum de nós anteciparia.

Segundo, a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde. É a resposta deste nosso modelo que nos leva, provavelmente, a valorizar mais do que nunca a importância de termos um SNS estruturado e com uma dimensão territorial forte. Não terei aqui a deselegância de fazer lembrar alguns exemplos de países que estão na cabeça de todos, aos quais não falta capacidade financeira, aos quais não falta capacidade tecnológica, não faltarão recursos humanos, mas onde falta a estrutura de resposta que o SNS tem. O SNS tem respondido sempre, mitigando, contendo o fluxo da pandemia, e acompanhando, agora, nesta fase com dificuldades diferentes em que estamos, de forma programada, a tentar construir uma nova normalidade.

O terceiro pilar desta resposta é a dimensão importante da segurança interna. O sistema de Proteção Civil e as Forças de Segurança foram, nas suas várias componentes, capazes de ter uma resposta imediata que, perante a emergência, deu confiança aos portugueses. Deu confiança garantindo que a autoridade democrática do Estado nunca fosse confundida com abuso de autoridade. Em que as limitações, as restrições que ainda hoje temos à nossa vida em comunidade, as restrições de direitos fundamentais que, sobretudo no período de Estado de Emergência foi necessário adotar, foram sempre absolutamente proporcionais, adequadas e percebidas enquanto tal pelos cidadãos. A chamada intervenção pedagógica que tem pautado, no essencial, a atuação das forças de segurança, não significa menos determinação e empenho, que se tem sempre manifestado quando necessário na aplicação daquilo que

são os valores do Estado de Direito Democrático, em que, desta vez, visa defender os próprios e defender a comunidade relativamente ao risco da pandemia.

É fundamental o papel de coordenação da Proteção Civil, quer na sua dimensão nacional quer, como foi aqui referido, pela articulação com os secretários de Estado coordenadores. Em todo o país, as 5 sedes escolhidas foram as instalações da proteção civil regional, num trabalho de articulação direta num modelo que foi sendo definido em cada região. A Proteção Civil foi o patamar que permitiu uma resposta envolvendo todas as entidades, fazendo, permanentemente, a monitorização do risco, a antecipação da resposta e a intervenção de emergência relativamente a todas as situações que vão sendo detetadas. No Algarve, foi adotado um modelo, também, de transparência, com a comunicação, em conferência de imprensa, dos principais problemas que se colocam na região.

No ano passado, tivemos 5 milhões de passageiros de fora da União Europeia controlados no aeroporto da região, ultrapassando uma marca histórica. E realço também, no domínio da fronteira terrestre, a forma como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em articulação com a Guarda Nacional Republicana, conseguiu, em oito horas, fazer aquilo que não se fazia há 35 anos. Há 35 anos que não havia controlo de fronteiras exceto em situações excecionais como o Euro 2004, na vista do Papa, com características muito diferentes e apenas para alguns dias e de forma pré-programada. Aqui, foi às 4 da tarde de um dia que se fechou o acordo com Espanha, definindo os pontos de passagem autorizados, e, à meia noite, de Castro Marim a Valença, as fronteiras foram encerradas e os postos de controlo passaram a funcionar 24 horas sobre 24 horas, com a deslocação de meios que não estavam lá. Isto permite-nos também valorizar a importância da dimensão do espaço Schengen como espaço de liberdade, segurança e de justiça.

E por isso, a resposta a dar tem de consolidar a dimensão do desafio diferente e muito especial que o Algarve enfrenta este ano. E recordando sempre esta

imagem especial de Portugal como um dos países mais pacíficos do mundo. A avaliação do Global Peace Index, divulgada já no mês de junho - tendo no essencial dados de 2019, mas incorporando já a resposta à pandemia - torna particularmente importante a consolidação deste 3.º lugar na lista de países mais seguros do mundo e de país mais seguro da União Europeia.

Mas neste momento, por vezes com uma competitividade não inteiramente limpa, vemos alguma imprensa de alguns países apontarem dados que são dados pontuais e que não põem em causa a resposta de uma região como o Algarve - uma região que tem 574 casos identificados, que tem uma capacidade de resposta que se traduz nas camas de cuidados intensivos que o presidente da Autoridade Regional de Saúde hoje aqui enunciou, sem que nenhuma delas esteja ocupada. E jamais fomos confrontados com níveis de ocupação que colocassem em causa a capacidade de resposta. E essa capacidade de resposta é agora reforçada no verão, com o aumento do número de ventiladores que passarão a estar disponíveis - esperamos que numa dimensão essencialmente preventiva.

Esta é uma região que acolhe, é o principal destino turístico português e a região com maior atratividade de população estrangeira, com 92 mil residentes permanentes, com crescimento da comunidade britânica que, na resposta ao Brexit, nós acolhemos bem em Portugal e em particular no Algarve. E que levou a que a comunidade britânica tivesse passado, no ano 2019, de sexta para terceira maior comunidade estrangeira em Portugal, fruto da campanha que fizemos, sobretudo no Algarve, de regularização daqueles que deixaram a União Europeia mas não queremos que deixem a Europa e muito menos que deixem o Algarve.

A abertura da fronteira terrestre, a partir da próxima quarta-feira, e o afluxo crescente de voos, provenientes numa primeira fase essencialmente de destinos europeus, é uma realidade que tem de ser associada à manutenção desta

garantia de segurança, de um país que teve no RASI - com os dados anuais de segurança interna e que foi esta semana aprovado pelo Conselho Superior de Segurança Interna - a consagração de 2019, junto de 2018, como os dois melhores anos de sempre desde que há Lei de Segurança Interna, desde que há RASI, numa tendência global de redução da criminalidade violenta e grave e da criminalidade geral.

As Forças de Segurança ativas nesta região têm os meios adequados e estarão atentas, sobretudo numa dimensão de prevenção dos riscos de fenómenos que têm agora uma particular importância para a nossa segurança coletiva. Há que viver o Algarve em segurança, garantindo o distanciamento físico, prevenindo ajuntamentos e evitando fenómenos de irresponsabilidade como o caso de Odiáxere, que queremos que seja isolado e que não seja repetido. A GNR e a PSP têm orientações que correspondem ao cumprimento da lei e ao empenho de efetivo, numa parceria com as entidades regionais, com as autarquias locais, neste compromisso para a segurança.

Também na dimensão da Proteção Civil tivemos já, no fim de semana passado, o primeiro incêndio de grande dimensão aqui na região do Algarve, que provou já que a capacidade existe, num contexto climatérico particularmente hostil, sobretudo pelo vento que marcou uma ocorrência que começou em Aljezur e se estendeu a Vila do Bispo e marginalmente a Lagos. Nessa ocorrência, com 2.300 hectares de área ardida, manteve-se a orientação estratégica na área da Proteção Civil: a vida está em primeiro lugar! A evacuação programada e atempada de pessoas e a garantia de segurança das populações é a prioridade. Em poucas horas, tivemos 11 meios aéreos, que deram uma resposta inicial que permitiu conter a dimensão desta ocorrência.

A Proteção Civil tem aqui uma exigência dupla - e sei que o Comandante Vaz Pinto está consciente disto - porque continuarão a coordenar a plataforma de resposta à pandemia e estarão atentos ao risco de ocorrência de incêndios.

É sobre esta dimensão de um Algarve como região de segurança, de um Algarve como região que sabe acolher, de um Algarve que é, do ponto de vista sanitário, um dos destinos mais seguros do mundo, que queremos construir o futuro, com segurança. Será um ano muito longe dos resultados históricos dos últimos anos, do resultado histórico de 2019, em todos os indicadores - desde os passageiros no aeroporto de Faro ao número de dormidas. Esse foi mais um ano que dissemos ser o melhor ano de sempre. Mas não, 2020 não vai ser o melhor ano de sempre. Vai ser um ano em que, com o empenho de todos, construiremos a confiança para acolher bem cidadãos nacionais - que terão uma presença muito significativa este ano na região - mas também os estrangeiros que queremos aqui bem receber.

Em conjunto, construiremos também aqui a prova da nossa capacidade de resposta, com confiança, com atenção aos riscos e com uma particular exigência relativamente aos comportamentos de segurança que sobre todos recai - e essa é uma responsabilidade dos cidadãos, dos agentes económicos regionais e de todos os que têm responsabilidades políticas.

Construiremos, com confiança, um Algarve seguro para o futuro.

Um bom verão algarvio e em segurança para todos.